

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 27 DE JUNHO DE 2002

Aos vinte e sete dias do mês de Junho, de dois mil e dois, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram cinco .

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr.ª Neuza Magalhães, Dr.ª Maria Manuela Gois Graça e Dr. Helder Roque .

A sessão foi presidida pelo Sr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos Srs. Deputados Adélio Amaro e Filipe Vieira.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.20 horas, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:



1. RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;
2. COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO E CONSELHOS CRIADOS NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Apreciação, discussão e votação;
3. APROVAÇÃO DOS LIMITES TOTAIS DA PARCELA COMO ESPAÇO URBANO - PROC. DE LOTEAMENTO N.º 14/00 DE AFONSO MANUEL MENDES SANTO - ALÍNEAS C) E D) DO N.º 2, DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM) - Apreciação, discussão e votação;
4. AJUSTAMENTO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO 2002 - SMAS- Apreciação, discussão e votação;
5. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;

6. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE - Apreciação e votação;

**RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 01.04.02 A 14.06.02**

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
ANMP	SOLICITA OPINIÃO S/O XIII CONGRESSO DA ANMP	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADO JOSÉ F. LOURENÇO	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 30.04.02	RELEVE-SE A FALTA
NERLEI	ENVIO DA REVISTA DESAFIOS	VISTO
GOVERNO CIVIL DE LEIRIA	CONVITE P/TOMADA DE POSSE DOS NOVO GOVERNADOR CIVIL DE LEIRIA	VISTO
JUNTA DE FREGUESIA MARRAZES	CONVITE P/CONFERÊNCIA "MUSEUS E GLOBALIZAÇÃO"	CONFIRMAR PRESENÇA
CAMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ	CONVITE P/PRIMEIRAS JORNADAS P/O DESENVOLVIMENTO - URBANISMO	TOMEI CONHECIMENTO
CERCILEI	CONVITE P/XVII SARAU DE ACTIVIDADES CORPORAIS	IDEM
IPL	CONVITE P/ASSISTIR À CONFERÊNCIA S/ O EURO E O FUTURO DA EUROPA	IDEM
MONTEPIO GERAL	CONVITE P/JANTAR CONVÍVIO DE HOMENAGEM AOS ASSOCIADOS	AGRADECER O CONVITE E COMUNICAR QUE POR IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DA MESA NÃO PODERÃO ESTAR PRESENTES
JUNTA FREGUESIA MACEIRA	XI ANIVERSÁRIO DA VILA DE MACEIRA- CONVITE	VISTO
IPL	ENVIO DA REVISTA POLITÉCNICA	VISTO
JUNTA FREGUESIA DE CARVIDE	PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE MÉDICA	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAMACOR	PEDIDO DE PARECER S/ EXPOSIÇÃO ENVIADA - FUNCIONAMENTO DAS AM'S	IDEM

<b>REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA</b>	<b>ENVIO DE ACTAS</b>	<b>VISTO</b>
<b>JUNTA FREGUESIA DE MARRAZES</b>	<b>AGRADECIMENTO PELA PRESENÇA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NA SESSÃO COMEMORATIVA DO DIA INTERNACIONAL DE MUSEUS</b>	<b>TOMEI CONHECIMENTO</b>
<b>ANMP</b>	<b>ENVIA DOCUMENTOS RELATIVOS AO XIII CONGRESSO DA ANMP</b>	<b>ARQUIVE-SE</b>
<b>REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA</b>	<b>ENVIO DE ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA</b>	<b>TOMEI CONHECIMENTO</b>
<b>ANMP</b>	<b>ENVIO DO BOMETIM MENSAL</b>	<b>IDEM</b>
<b>JOÃO DOS SANTOS (PINTOR)</b>	<b>ENVIA CONVITE P/EXPOSIÇÃO DE PINTURA</b>	<b>IDEM</b>
<b>ANMP</b>	<b>INFORMA QUE ESTÃO DISPONÍVEIS OS PARECERES DO COMITÉ DAS REGIÕES DA U.E.</b>	<b>IDEM</b>
<b>ACILIS</b>	<b>INDICA O REPRESENTANTE P/O CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HISTÓRICO</b>	<b>JUNTAR AO PROCESSO</b>
<b>SOC. LEIRIAPOLIS</b>	<b>ENVIA CONVITE P/ASSISTIR A CONCERTO PATROCINADO PELA LEIRIAPOLIS</b>	<b>CONFIRMAR PRESENÇA</b>
<b>C.M.L.</b>	<b>ENVIA CONVITE P/ASSITIR À ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO DE UM PRÉDIO NA ORTIGOSA P/INSTALAÇÃO DE UM MUSEU ETNOGRÁFICO</b>	<b>CONFIRMAR PRESENÇA</b>
<b>GRUPO DOS CIDADÃOS INDEPENDENTES</b>	<b>INDICAM OS REPRESENTANTES QUE IRÃO INTEGRAR AS COMISSÕES CRIADAS NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	<b>JUNTAR AO PROCESSO E DAR CONHECIMENTO NA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA</b>

**ANTES DA ORDEM DO DIA*****PRESIDENTE DA MESA(JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Boa noite a todos.

Pedia aos Srs. Deputados que tomassem os seus lugares para darmos início aos trabalhos.

Apresentaram a justificação das suas faltas a esta sessão, o 1º Secretário, Deputado Paulo Reis, por motivo de doença, o Deputado Jorge Vieira, e por parte da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores Eng.ª Isabel Gonçalves e Dr. José Manuel Silva, por se encontrarem ausentes do concelho.

Vamos portanto dar início aos nossos trabalhos, pondo à apreciação, discussão e votação, a acta da sessão de 30 de Abril.

Há inscrições?

Não havendo inscrições, passaríamos à votação.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

***A acta da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.***

Anda ante da ordem do dia, passaríamos à leitura do expediente, julgo que todos os Srs. Deputados têm em sua posse o resumo da correspondência recebida no período de 01 de Abril a 16 de Junho. Se algum dos Srs. Deputados desejar ter acesso a esta documentação, poderá dirigir-se à funcionária que dá apoio à Assembleia e manifestar essa intenção.

Passaríamos de seguida à apreciação do relatório de actividades da Câmara Municipal no período compreendido entre a última e a actual sessão, penso que foi distribuído a todos os Srs. Deputados.

Não havendo intervenções sobre este assunto, entraríamos no período de colocação e apreciação de questões à Sr.<sup>a</sup> Presidente sobre assuntos de interesse para o concelho de Leiria.

Estão abertas as inscrições!

Neste momento estão inscritos os Srs. Deputados : Ilídio Fernandes, Luís Carvalho, Susana Silva, Manuel Carvalho, Domingos Neves ,António Febra e Luís Pinto.

Faça favor Sr .Deputado Ilídio Fernandes.

***DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES(CDS/PP)***

Boa noite a todos. Tinha aqui algumas perguntas simples, concisas, dirigidas à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

Neste período de antes da ordem do dia, gostava de aproveitar para fazer as seguintes perguntas:

Considerando que as obras do estádio para 2004, em Janeiro tinham um valor dito e aproximado de dez milhões, recentemente em conversa e segundo alguma comunicação social, pareceu-me entender já doze milhões, parece-me muito dinheiro.

Considerando que a Sr.<sup>a</sup> Presidente pretende a cobertura total e completa com saneamento básico de todo o concelho durante este mandato,

Considerando ainda que o programa POLIS também custa bastante dinheiro;

Considerando também que a capacidade financeira de receitas da Câmara e a sua capacidade de endividamento não são ilimitadas;

Considerando por outro lado que a rede viária de todo o concelho, quer em piso, quer em bermas, quer em valetas quer com passeios degradados ou com aqueles que nem sequer foram construídos se encontram em situação preocupante;

Com estes considerandos naquilo em que se incluem, gostava de perguntar à Sr.<sup>a</sup> Presidente se ainda sobra alguma coisa, se ainda pode ir a algum lado e aonde, buscar o dinheiro necessário para estas obras que em todo o concelho e não só em Leiria são

preocupantes ou seja, eu entendo que a rede viária é preocupante e deve continuar a merecer a melhor atenção também desta Câmara.

Para verificar isto, tanto podemos começar por qualquer freguesia até Leiria ou fazer o percurso inverso, a situação é igual e os problemas são os mesmos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Carvalho.

***DEPUTADO LUÍS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)***

Boa noite a todos, Luís Carvalho, Presidente da Junta de Regueira de Pontes

Dado que ultimamente os meios de comunicação social têm sido muito propícios a notícias de origem política, na última semana gostei de ler num semanário conhecido no nosso concelho, onde a Sr.<sup>a</sup> Presidente dizia algumas coisas que não sei se me deixaram alegre ou triste e queria que a Sr.<sup>a</sup> Presidente comentasse. A primeira tem a ver com a rede de saneamento isto porque no dia 30 de Abril se bem me recordo, foi aprovado aqui o Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS onde dizia na página sete, que o norte do concelho ou seja sistema carreira, só nos anos seguintes ao 2005 é que teria algum desenvolvimento. Ora a Sr.<sup>a</sup> Presidente no jornal vinha a dizer que até 2005 todos temos saneamento, o que é óptimo.

A segunda tem a ver com PDM, onde a Sr.<sup>a</sup> Presidente diz também que as desanexações da REN havidas em Leiria foram feitas por haver classificações absurdas. Ora no meu caso tenho a estrada da Amieira ou da Laranjeira, devidamente infrestruturadas onde a Câmara vai colocar o saneamento quando ele lá passar, onde há habitações construídas e onde não se pode construir nem propor tal coisa, o que é realmente absurdo neste caso.

Para terminar, apraz-me ver que a Sr.<sup>a</sup> Presidente reconhece finalmente o que já me cansei de repetir ao executivo camarário, a freguesia de Regueira de Pontes não tem

algumas "carenciazitas" como a Sr.<sup>a</sup> Presidente diz, está é uma lástima, espero que nos próximos orçamentos, se passe das palavras aos actos. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Silva.

***DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)***

Susana Silva, Presidente de Junta do Souto da Carpalhosa.

Boa noite a todos.

O assunto que me traz hoje aqui é a saúde, os estados dos centros de saúde no nosso concelho e também o quadro de médicos e enfermeiros existentes nos centros de saúde. Nós os Presidentes de Junta, somos as entidades que mais facilmente somos contactados pela população e inclusivamente o nosso colega de Carvide teve a oportunidade e a desgraça de ser confrontado com uma situação em que a médica que estava afectada ao Centro de saúde da sua freguesia, por não haver um concurso no concelho de Leiria, apesar de esse médico ser extremamente necessário e nunca ninguém duvidar da necessidade e da importância dos cuidados primários de saúde, esse médico viu-se na contingência de ter que recorrer a um concelho dentro do distrito de Leiria, por não ser aberto um concurso em Leiria. Aquilo que eu vinha aqui alertar e julgo que todos nós Presidentes de Junta, sentimos esse problema, é que em termos de Centros de Saúde o concelho de Leiria tem que lutar todos os dias para que o quadro de médicos dos Centros de Saúde seja devidamente preenchido porque há uma coisa que no concelho de Leiria é benéfico, que é o aumento demográfico, tem vindo a ser uma realidade, nós temos taxas de crescimento demográfico, coisa que não acontece por exemplo noutros concelhos do interior do distrito de Leiria, em que

a Lei estipula que o número de médicos por habitante está a ser mais que cumprida e nós no concelho de Leiria nem sequer isso é referido. Por isso, eu gostaria que houvesse da parte da Câmara Municipal um empenho visto que a sub-região de saúde vai ter um novo dirigente, para que os centros de saúde fossem de facto tidos em conta no planeamento e tidos em conta no Ministério da Saúde. Obrigada.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigada Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Deputado Manuel Carvalho, faça favor.

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente de Junta da Freguesia de Azoia)***

Manuel Carvalho, Presidente de Junta da Azoia.

Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas.

Estou aqui porque, no seguimento da questão que coloquei na última Assembleia, acerca da hipótese de visitarmos as freguesias conjuntamente com o executivo da Câmara, era para informar que recolhi por escrito e agradeço, muitos Presidentes de Junta que se interessaram pelo assunto e queria comunicar-lhe que no fim desta Assembleia, se o Sr. Presidente da Mesa e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara permitissem, utilizávamos a sala pelo tempo que for necessário para discutirmos a melhor forma de o fazer. Portanto, se puderem no fim da sessão, essencialmente os Presidentes de Junta, fiquem um bocadinho, agradecia.

Já que aqui estou, aproveito para convidar todos os presentes a estarem nos dias 12,13 e 14 na Azoia para o 1º Festival Gastronómico que esta freguesia vai realizar conjuntamente com as colectividades. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Neves, faça favor.

***DEPUTADO DOMINGOS NEVES(Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)***

Domingos Neves, Presidente da Junta de Santa Catarina da Serra, PSD.

Boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Presidente da Câmara, caros colegas. Trago aqui dois pequenos apontamentos, mais dirigidos à Sr.ª Presidente, alguns são informações e outros não. O primeiro é para agradecer à Sr.ª Presidente da Câmara o empenho demonstrado no desbloqueamento dos terrenos destinados à área desportiva de anta Catarina da Serra , ficando assim criadas todas as condições para a construção da nossa área desportiva embora, atrasados em relação a outras freguesias mas, lá chegaremos.

E, à margem e a título de rodapé, já agora, deixem-me dizer que passaram por Santa Catarina da Serra, políticos de renome, que nos ofereceram pavilhões gimnodesportivos, piscinas, campos relvados, ligações fantasmas à Internet e ao software da Câmara e ultimamente não os tenho visto, devem estar esquecidos de Santa Catarina da Serra.

Uma outra questão, regozizei-me bastante por aquela grande lição cívica e patriótica que manifestada pela Assembleia dos Pequenos Deputados, foi uma boa lição para as nossas crianças.

Uma outra sugestão, eu vejo aqui ao meu lado e todos nós vemos, estas bandeiras do distrito de Leiria, gostaria de ver aqui as bandeiras de todas as freguesias de Leiria, é uma sugestão que deixo aqui à Sr.ª Presidente da Câmara.

Em relação à delegação de competências, apenas vejo nos documentos delegação de competências na área escolar. Onde estão os outros Vereadores dos outros pelouros? Será que o Município tenha parado e agora só vamos para a área escolar? É bom que ponhamos as outras áreas a funcionar.

Aqui há meses, a Câmara mandou um ofício à Junta de Freguesia, a perguntar quantos contentores queria. Nós respondemos e até agora não veio nenhum, e já lá vão alguns meses, já estamos em Junho, não sei o que se passa com isto.

Outra questão, parece que cortaram o crédito às Juntas de Freguesia, haviam materiais que estavam prometidos desde o ano passado, não foram entregues e eles agora dizem-nos que não entregam porque a Câmara não está a pagar. Sr.ª Presidente veja lá isso porque os Presidentes de Junta não gostam de ver os seus créditos dessa maneira.

Bem, por agora parece-me que não tenho mais nada, se for necessário intervirei novamente, tenho aqui um pequeno apontamento. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado

Sr. Deputado António Febra, faça favor.

***DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)***

António Febra, Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, concelho virtual.

Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas.

Vinha aqui falar sobre a taxa dos inertes, porque na última Assembleia foi proposto que hoje se discutiria sobre esta questão. Como não vi nada na ordem de trabalhos, gostaria de ter uma explicação. Por outro lado já lá vão quatro meses desde que entreguei toda a documentação preparativa, desculpem lá mas o tempo passa e já perdemos muito dinheiro na Maceira. Como não dinheiro do orçamento da Câmara, ao menos que se acelerasse para que a Junta de Freguesia da Maceira começasse a receber taxa de inertes. Era só isto, obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado Luís Pinto, faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Para fazer uma pergunta à Sr.<sup>a</sup> Presidente. Na última Assembleia Municipal, perguntei-lhe sobre a situação do POLIS e quando é que teríamos reuniões e novidades, na altura disse-nos finais de Abril, por todo o mês de Maio, íamos ter novidades e reuniões de trabalho e que as comissões iriam reunir para analisar o trabalho, os projectos em apreço, e a verdade é que estamos no final de Junho e pensava eu que estaríamos hoje aqui a discutir o projecto POLIS, não estamos, e pelo calendário de informação que nos foi facultado pela Sr.<sup>a</sup> Presidente, deixou-me preocupado porque me parece que a discussão pública vai cair sobre os meses de Julho e Agosto, o que naturalmente inviabilizará qualquer processo de participação activa da população e conhecimento, pelo que lhe perguntava se assim é, quanto tempo é que haverá e se haverá prolongamento, se já estão pensadas algumas acções no concreto, no sentido de que essa discussão pública seja efectiva e no fundo era isto, obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Neste momento não existem mais inscrições e eu daria a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente para responder às questões levantadas e se depois houverem mais, fazíamos uma segunda volta.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno)***

Então muito boa noite a todos, eu começava exactamente pelas questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Ilídio Fernandes, e começava precisamente por fazer uma correcção. O valor estimado para o estádio é efectivamente sete milhões, foi sempre o valor que foi dito, desde que o projecto foi concluído e está estabilizado o valor. O senhor ouviu falar noutros valores que têm a ver, não dez milhões, mas que têm a ver com o topo norte, o topo de remate conforme já foi aqui explicado. O estádio num dos lado vai ser rematado com um edifício, no sentido de rentabilizar o próprio investimento. Esse edifício tem um custo acrescido naturalmente, tem vantagens em dois pontos, primeiro porque vai permitir tirar alguma rentabilidade e em segundo lugar porque também vai permitir que o estádio fique com uma lotação inferior aos trinta mil espectadores, que é efectivamente exagerado face aquilo que se prevê ser a sua utilização. Portanto são efectivamente sete milhões, está estabilizado, se alguém lhe falou em valores diferentes pode ter a ver com as acessibilidades que são financiadas também e não com o estádio propriamente dito.

Relativamente aos outros comentários que fez, quer o saneamento, quer o programa POLIS, são programas que vão ser financiados por fundos comunitários do III Quadro, eu já expliquei isso aqui várias vezes, quer no que diz respeito ao saneamento, todas as redes de saneamento quer de saneamento em baixa que estão a ser feitos pela Câmara quer as redes de saneamento ditas em alta, que estão a ser feitas em prática pela SIMLIS, têm financiamentos comunitários. As redes em alta da SIMLIS através do Fundo de Coesão, as redes em baixa através de programas específicos comunitários, portanto, a Câmara tem apenas que entrar com uma participação que ronda no máximo, os 25%. De resto têm sido financiados e têm sido aprovados. Neste momento temos um volume significativo de obras aprovadas

em termos de saneamento, portanto, não podemos baralhar as coisas. O programa POLIS, é um programa que também ele é financiado pela comunidade europeia, é um programa especial na área da requalificação urbana das cidades e que tem financiamento comunitário. Portanto, o que nós temos que saber bem, e quem não o fizer perde uma oportunidade, é utilizar os fundos comunitários que vão estar à disposição do País e nomeadamente das autarquias, até 2006, senão é uma oportunidade perdida e isso não tem sido feito quer em relação ao saneamento quer em relação a esta alternativa de aproveitamento das verbas para o programa POLIS que foi efectivamente na minha opinião, uma ideia interessantíssima para se fazer a requalificação urbana. São coisas diferentes, as verbas para o estádio vêm de um determinado financiamento, uma parte financiada pelo estado e outra parte financiada pela autarquia através da contracção de empréstimo, os programas POLIS e de saneamento, serão financiados por outros fundos comunitários, aonde também podem ser candidatas obras em estradas;

Já o fizemos, estamos a continuar a fazer, são rubricas que ainda têm do ponto de vista comunitário uma folga razoável e portanto, há que aproveitar todas as oportunidades, como eu digo, que são únicas até 2006. Portanto, se efectivamente tudo isto for tratado como deve ser e é isso que estamos a fazer em termos de oportunidade, há uma oportunidade única de se cumprir exactamente aquilo que eu sempre disse e que é o mais depressa possível, com recurso aos fundos comunitários, acabar o saneamento e fazer as oportunidades que nos deram de utilização das verbas do programa POLIS e fazer as candidaturas para estradas sobretudo se forem estradas estruturantes porque os caminhos municipais ou estradas não estruturantes serão feitas através de receitas próprias da Câmara. Não há pânico nenhum, há efectivamente um realismo do ponto de vista financeiro tendo em conta esta oportunidades.

Relativamente ao Sr. Presidente de Junta de Regueira de Pontes, o que ele perguntou em relação ao sistema de saneamento, está efectivamente previsto que a ETAR da Carreira, dita na Carreira mas que ficará algures naquela zona norte, chamamo-lhe ETAR da Carreira, vai resolver efectivamente todo o sistema da zona norte do concelho. Essa ETAR neste momento já está em fase de conclusão de projecto para ser adjudicada e isso não invalida que em simultâneo não sejam feitas não só as redes em alta através dos emissários pela SIMLIS, quer as redes em baixa através desse sistema de candidaturas que eu acabei de explicar. Portanto, o facto da ETAR da Carreira estar prevista para 2005, não significa que não possa ser completado o sistema de maneira a que estejam as redes todas prontas para drenarem para a ETAR tal e qual como aconteceu aqui na zona das Olhalvas, que haviam redes que estavam prontas sem ETAR. Neste momento temos ETAR e estamos a concluir as redes, portanto, a ideia é trabalhar em conjunto utilizando esta oportunidade que é única em termos de conclusão destas infra-estruturas básicas fundamentais.

Em relação PDM o que eu lhe posso dizer e se leu bem, aquilo que foi feito em Leiria é aquilo que deve ser feito nas outras freguesias, ou seja, há situações claramente aberrantes como havia aqui e que foram explicadas, nomeadamente aqui o caso do Hospital antigo estar em zona de REN, há outras cenas idênticas nas freguesias que naturalmente têm que ser corrigidas em termos de reserva ecológica, têm que ser corrigidas em termos de reserva agrícola e para isso, aliás isso foi sempre explicado, uma das razões principais para se fazer a revisão do PDM, porque haviam situações que além de haver uma lógica de desenvolvimento do concelho com a qual nós não concordávamos, havia erros grosseiros sem qualquer justificação pelo facto de terem sido na altura utilizadas cartas perfeitamente desajustadas e antiquadas.

Portanto, assim o tempo e na fase conclusiva da revisão do PDM essas coisas absurdas que existem um pouco por todo o lado serão naturalmente corrigidas.

Relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, posso-lhe dizer que concordo em absoluto com tudo quanto disse, acho que é um dos sectores em que temos grandes carências, é dito pelos próprios responsáveis sobretudo dos centros de saúde que a situação do concelho de Leiria em termos de défice de mão de obra médica e de enfermagem é dramática e portanto, nós fazemos votos e contarão comigo sempre para junto dos responsáveis que espero tenham outro tipo de postura e de capacidade de intervenção, consigamos atingir pelo menos valores mais de acordo com as necessidades das populações, porque o concelho de Leiria como disse é verdade, cresceu a um nível assustador do ponto de vista populacional e não foi acompanhado neste sentido. É uma realidade, temos situações perfeitamente incríveis com freguesias com muita gente, extremamente deficitária e portanto, tal e qual como disse, poder ser que uma nova equipa, uma nova gestão nos perceba melhor e consigamos atingir aquilo que não é nenhuma reivindicação anormal mas é apenas aquilo que é uma necessidade básica das populações.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Santa Catarina, o que lhe posso dizer também relativamente às delegações de competências, foram feitas até agora algumas delegações de competências na área da educação, sobretudo pequenas reparações de escolas por acordo com os respectivos Presidentes de Junta em situações que se consideravam de absoluta necessidade e que se avançaram com elas. É nossa intenção alargar, como já aconteceu, a outro tipo de delegação de competências, conforme, dentro da mesma lógica, se fez noutros anos. Agora evidentemente que isso será feito de uma forma agregada, não Junta de Freguesia a Junta de Freguesia mas um lote, de maneira a que não haja aqui aquela tendência normal porque é que é metida aqui a Junta A e não a Junta B. Portanto irão ser

feitos em bloco, provavelmente na próxima Assembleia Municipal, contempladas algumas situações que enfim estão pendentes e que os Srs. Presidentes de Junta sabem que estão pendentes e, serão contempladas ou seja, aquilo que veio até agora

foi tudo na área da educação por situações urgentes e enfim, que era preciso intervir com alguma rapidez e que a Câmara agradece aos Srs. Presidentes de Junta por terem aderido mais uma vez, a esta metodologia.

Eu deixava a questão dos inertes para o fim, para a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Neuza dar a explicação ao Sr. Presidente do "concelho virtual".

Relativamente ao programa POLIS, vai efectivamente haver uma reunião da Comissão Local de Acompanhamento que está marcada para o próximo dia 12 ou 13 de Julho, já para apresentação final, finalmente aprovados já pela Direcção Geral do Ordenamento do Território, já a parte final de dois planos de pormenor, completamente estabilizados, e vamos de imediato abrir a discussão pública, mas abrir a discussão pública precisamente porque vai calhar em Julho e Agosto prolongando-a portanto, não vamos atrasar a discussão pública, abre-se a discussão pública só que em vez de ficar dentro dos prazos mínimos alargam-se os prazos de maneira a que em Setembro ainda possa haver discussão pública e não seja por défice de discussão pública que os programas e os planos não sejam conhecidos. O atraso deve-se efectivamente à forma como do ponto de vista de administração central são acompanhados os planos de pormenor. Havia entendimento quando foi criado até pelo próprio Ministro que criou o programa POLIS, que os planos de pormenor deveriam ou teriam que ser obrigatoriamente mais agilizados do que é um plano de pormenor normal, isso não aconteceu. Ele não foi capaz de impor essa regra e acabou por se ir embora sem que isso fosse uma verdade e acabaram por ter os trâmites normais de um plano de pormenor, que acaba por atrasar imenso, vai desenho vem desenho, vê o regulamento, o regulamento está bem não está bem.

E portanto todo este atraso foi genérico de norte a sul do País, em todas as cidades que têm programa POLIS, acabou por atrasar efectivamente a aprovação final dos planos. Como eu já disse anteriormente há determinado tipo de intervenções, que

embora estando contemplados nos planos são intervenções de tal maneira evidentes que do ponto de vista de empresa LeiriaPolis foi-se avançando, nomeadamente os alargamentos das pontes, os projectos de pontes pedonais, o projecto para o parque da cidade, a remodelação da Fonte Quente, são coisas que enfim, do ponto de vista de análise dos próprios planos nunca foram consideradas na Comissão de Acompanhamento como polémicas, são coisas que a Câmara faria mesmo sem plano de pormenor. Portanto, dentro dessa lógica, estamos a ganhar tempo.

E dava então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Neuza para falar sobre os inertes.

***DR.ª NEUZA MAGALHÃES( VEREADORA)***

Boa noite a todos.

Sr. Presidente da Junta da Maceira , como tive oportunidade de o informar, no domingo passado aquando da minha deslocação à Maceira, há um regulamento de inertes que foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal no anterior executivo, um documento que não pode ser ignorado, que vai para discussão pública e portanto é necessário que todos estes formalismos sejam cumpridos e só depois teremos então o regulamento. Se bem que, eu considero que a taxa contemplada neste regulamento é excessiva, é elevada e portanto antes de termos o regulamento final, haverá necessidade de rectificarmos esta taxa. Quanto à questão das contrapartidas: para as Juntas de Freguesia isso será um acto à posteriori, entre a Câmara e as Juntas, porque não vai ser feito um regulamento com as Juntas, o regulamento é da Câmara Municipal e portanto a transferência de mais valias ou de algumas verbas, terão que ser depois negociadas e contempladas num acto à

posteriori. Eu tive a oportunidade de lhe dizer isto, o senhor está informado desta situação e também já me conhece há tempo suficiente para perceber que não é meu apanágio deixar andar. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Srs. Deputados, eu perguntava se neste período de antes da ordem do dia há mais alguém que se queira inscrever?

O Sr. Deputado Joaquim Lavos, o Sr. Deputado Francisco Francisco, o Sr. Deputado Manuel José Carvalho, a Sr.ª Deputada Susana Ervilha e o Sr. Deputado Adelino Gaspar. Eu agradecia que quem pretender falar que se inscreva agora porque a seguir fica encerrado este período!

***DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)***

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas.

Não tinha intenção de intervir mas, uma vez que a colega de Souto da Carpalhosa trouxe aqui um assunto que me toca e que nos toca a todos, cabe-me realmente dar algumas explicações.

O facto deste assunto ter sido trazido aqui à Assembleia, movimentou algumas coisas, a comunicação social fez a sua parte, temos que lhes agradecer por isso, faz a sua obrigação naturalmente, e daqui resultou uma movimentação da população. A população apresentou realmente as suas reivindicações, veio a Leiria, teve uma reunião e entretanto foi prometido que o assunto iria ser resolvido num prazo relativamente curto. Essa situação não foi resolvida e posteriormente, deram mais uns dias e tomaram uma decisão, encerraram o posto. Depois disso, tivemos a visita do Sr. Coordenador da Sub-Região que, naturalmente pediu-me para eu primeiro intervir e eu disse que não o fazia, ele dispôs-se a ir juntamente com a Sr.ª Directora do Centro de Saúde e deu algumas explicações, estará provavelmente a

decorrer um concurso para admissão de um médico que não se sabe quando é que iniciou e ele tinha ficado de no dia seguinte comunicar e não comunicou e sei que vai ser dada a informação por escrito. Pelo menos, estamos a aguardar a informação, que termine o prazo do concurso que está a decorrer, e depois veremos o que é que se vai

fazer. Até lá, a Sr.<sup>a</sup> Directora está a esforçar-se no sentido de dar algum apoio na substituição da médica que falta, mas eu espero que o assunto seja resolvido definitivamente. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Francisco Francisco.

***DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO (PP)***

Boa noite a todos, Francisco Francisco, do CDS/PP.

Eu primeiro acho de muita coragem, este esclarecimento que recebemos da Leirisport e da Presidente da Câmara, e penso que vai esclarecer muito daquilo que andou nos jornais, nestas últimas semanas. No entanto, nós, penso que gostaríamos de mais alguns esclarecimentos porque continuam algumas dúvidas em relação à Lerisport. Primeiro, diz o decreto-lei que constitui as empresas municipais, que é o decreto-lei n.º 58/98 conforme sabem, que as empresas municipais só podem gerir serviços públicos desde que isso esteja expresso nos estatutos. A Sr.<sup>a</sup> Presidente disse na alínea a) que a Leirisport gera a piscina, etc, penso que os estatutos talvez devessem merecer algum trabalho. Segundo, não consigo entender e agora é jurídico, talvez hajam aqui advogados que o possam dizer, como é que alguém pode receber retroactivos de uma outra empresa que não é a mesma, tem outro nome mas no entanto tem outros sócios. Essa parte dos retroactivos não sei, mas se calhar era bom ver se não infringe a Lei, porque se a escritura pública foi feita em 27 de Dezembro, salvo erro., foi em Dezembro pronto, mas também não foi em 3 de Maio.

Então eu penso que a parte dos retroactivos não me parece que esteja dentro da Lei. Depois eu fazia uma proposta no sentido de que houvesse esclarecimentos e não tentativa de fuga para a frente e fazia a seguinte **proposta**:

"Que sejam presentes as actas da Assembleia Geral da Leirisport do ano 2001, onde e como foi decidido o abandono dos parceiros e os aumentos dos ditos ordenados tão falados;

Sobre as prováveis incompatibilidades, que a Sr.ª Presidente peça à Procuradoria Geral da República, de imediato, o seu parecer, para que as coisas realmente fiquem sanadas. "

Em relação ao que diz do resultado negativo da Leirisport, o Código das sociedades comerciais obriga, através do seu decreto-lei n.º 2/90, que as amortizações sejam incluídas na actividade da empresa. Essa parte, não me parece que justifique. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel José Carvalho, faça favor.

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO(CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social.

A minha intervenção tem um bocado a ver com uma anterior, que foi feita na última Assembleia, e, tem uma outra abordagem que também tem a ver com a entrevista publicada no último jornal, num semanário de Leiria, na última semana. Em relação à primeira intervenção feita no dia 30 de Abril, depois a minha intervenção mereceu por parte da cultura jornalística, uma resposta numa coluna, que é a coluna Praça Pública, não interessa dizer aqui qual é o jornal, mas é pena que venha só a resposta

da Sr.ª Presidente e não venha lá o artigo que motivou aquela resposta, porque quem realmente tem acesso às actas conhece o meu artigo mas, quem leu o jornal olhou para aquilo e não sabia o que é que se estava a passar porque não traz lá minimamente uma resposta. E, era importante referir isso aqui, sem qualquer tipo de

medos, que a Imprensa portanto, deve apelar ao rigor na informação e à verdade dos factos. Convém dizer que eu pedi a publicação do artigo ao abrigo da Lei de Imprensa e ainda estou à espera dessa rectificação.

De qualquer maneira, o segundo ponto que eu queria focar, tem a ver com a entrevista que a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu a esse semanário, e realmente, pronto, já há lá alguma coisa do meu sonho que traz lá alguma resposta, valeu a pena, nomeadamente quanto à central de camionagem, já lá vêm algumas indicações do futuro da central de camionagem. Mas é muito pouco porque eu foquei lá cinco ou seis aspectos da nossa cidade e só essa é que traz resposta.

Mas esse artigo merece-me também mais alguns comentários e nomeadamente há três ou quatro pontos que eu gostava de referir. Um deles e eu acho que é importante, é que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que é o responsável máximo distrital do PSD, é também da nossa opinião, Cidadãos Independentes, quando começámos a levantar esta questão que ainda agora o anterior interlocutor falou, da Leirisport, ele também é da mesma opinião que nós, de que realmente as remunerações dos administradores da Lerisport são excessivas. Eu registei esse facto e é importante que isso venha lá. Mas também gostei da resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente, que diz que "nem tudo o que se lê nos jornais é verdade". Pronto, eu acho que também não fica muito bem a um jornal, que até tem pugnado porque eu às vezes até me questiono se valeria a pena continuarmos a ter um Boletim Municipal porque há aqui um jornal da nossa praça, é um veículo tão importante da mensagem da Câmara que desnecessário se tornava existir um Boletim Municipal, porque seria mais barato e era um dos recursos da Câmara que era desnecessário.

Um último ponto, que também registei da entrevista da Sr.<sup>a</sup> Presidente e que gostei muito, é que cheguei à conclusão que ela é independente, porque diz lá que ela é independente. Eu não sabia, portanto fico muito grato por essa situação e vamos tentar fazer-lhe chegar uma proposta de adesão ao nosso grupo de Cidadãos Independentes, porque é um reforço de peso. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Sr.ª Deputada Susana Ervilha, faça favor.

***DEPUTADA SUSANA ERVILHA( CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Boa noite, Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Deputados aqui presentes.

A minha intervenção é sobre os esclarecimentos que nos foram remetidos pelo correio, pela Sr.ª Presidente e pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Vogal, Vereadores também nesta Câmara de Leiria.

O grupo de Cidadãos Independentes depois de analisar todos os esclarecimentos aí prestados, ficou ainda com algumas dúvidas que, gostaria de aqui expor e ver esclarecidas, nomeadamente não vislumbrámos qualquer sugestão dada pelo artigo 64º, n.º 1, alínea i), e pelo seu n.º 8 do mesmo artigo, que sugira que, até é bom haver acumulação de cargos entre o Presidente do Conselho de Administração e os membros do Conselho de Administração de uma empresa pública e os membros de uma Câmara Municipal. Não vislumbrei aí qualquer solução, não vislumbrei qualquer remissão, e analisando isto também não vejo qualquer interesse, porque, a lei diz que, pode ser qualquer cidadão e penso que também a Câmara não terá só estes dois membros que fazem parte dos seus quadros, há mais Vereadores, há mais pessoas, decerto também capazes.

E até porque, esta não é a única Lei em vigor, e que abrange os Vereadores, e que abrange a situação do executivo camarário, elas terão que ser conjugadas com outras leis, que também são muitas e eu também reconheço que as leis estão muito dispersas, mas nomeadamente com a lei das incompatibilidades e com a lei dos eleitos locais. Todas elas terão que ser conjugadas e terá que ser arranjada a melhor forma

de seguir todas elas, e penso que isso não foi conseguido pela Câmara quando elegeu os membros para o Conselho de Administração da Lerisport.

Outra questão que eu gostaria de colocar, é a remuneração como compensação pelo acréscimo de trabalho e de responsabilidade que a actividade da empresa Lerisport implicou para os membros do executivo camarário, que fazem parte do conselho de administração da Leirisport. Quem é que administrava os complexos desportivos da Câmara se não existisse a Lerisport? Não seriam os Vereadores com os pelouros do Desporto e das Obras? E não teriam de fazer todo esse trabalho só com a remuneração atribuída pela Câmara? Como é que a Sr.ª Presidente justifica em altura de contenção de gastos, um aumento de 2001 para 2002, de 48% na remuneração do Presidente da Leirisport e de 20% na do administrador, para fazer exactamente o mesmo trabalho e na mesma área? Porque é que o ponto quarenta e três do relatório de contas da Leirisport de 2001, nada consta sobre a remuneração dos órgãos sociais, quando é a própria Sr.ª Presidente que invoca total transparência na disponibilidades desta informação? Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr.ª Deputada.

Sr. Deputado Adelino Gaspar.

**DEPUTADO ADELINO GASPAR( Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia)**

Boa noite, Adelino Gaspar, Presidente da Junta de Santa Eufémia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas e imprensa.

Acontece o seguinte: Não era para vir aqui, mas falando da saúde, é estranho que, ainda durante a semana passada não tivemos médico em Santa Eufémia por este se encontrar de férias. Quando se precisa de uma cadeira para o médico ou para um administrativo, não há dinheiro na saúde, mas, não sei se os meus colegas sabem, foram colocadas antenas parabólicas nos postos médicos. É triste e até hoje, ninguém sabe dar uma resposta sobre qual é a utilidade dessas antenas parabólicas, para que servem? Era só isto, obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito, iria dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas eu fui aqui citado e gostaria de esclarecer já a Assembleia, acerca dessa situação.

Há quinze dias quando saiu uma notícia num semanário do nosso concelho, li a notícia como todos leram, e na segunda feira seguinte há uma reunião de Câmara, e nesse mesmo dia houve aqui uma iniciativa da Câmara que foi uma cerimónia de doação de um edifício para um Museu Agrícola e, coincidiu precisamente com o final dessa reunião e eu sou questionado por um jornalista para que me pronunciasse sobre essa notícia que vinha na comunicação social. Fui claro, disse-o na altura, reafirmo e continuo a pensar da mesma maneira, eu nunca disse que a remuneração era excessiva, porque eu até penso que para o trabalho que é, até é capaz de ser pouco, não ponho em causa a remuneração. Eu disse e passo a citar, foi que " não conhecia o

processo e certamente aquela informação ou aqueles valores não passaria de um processo de intenções, quando for algo mais do que isso, deverá vir à Assembleia Municipal", foi o que eu disse textualmente e mantenho. Portanto, para mim, aquilo é um assunto em que a Câmara tem competências para definir o estatuto remuneratório da Lerisport, eu penso que este problema não passa de uma interpretação errada das palavras, fala-se muito em Assembleia Geral, a Leirisport

não pode ter Assembleia Geral, tem que ter um Conselho Geral, o que é diferente, e quem tem que aprovar a remuneração dos elementos do Conselho de Administração é a Assembleia Municipal, somos todos nós, portanto, é a lei que o diz, razões pela qual eu disse que não passava de um processo de intenções, o artigo 53º na alínea l) diz "...compete à Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara, municipalizar serviços, autorizar o Município nos termos da lei a criar fundações e empresas municipais, aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais...". Portanto, eu quando disse isso foi baseado na Lei e mantenho essa posição porque, penso que se de facto não houve qualquer alteração à Lei que saiu em 11 de Janeiro de 2002, isto é o que está em vigor. Mas nunca falei do valor excessivo da remuneração, nunca falei nisso. Não vou falar nem me pronunciei sobre a lei das incompatibilidades porque isso é outro assunto que eventualmente se nos tivermos que pronunciar sobre determinadas coisas, teremos que nos debruçar sobre isso, porque é uma das competências da Assembleia não é só minha mas é de todos nós, assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações portanto, meus amigos, não pensem depois que é a Mesa, que é a responsável por tudo isto, somos todos.

Queria também esclarecer talvez ali o senhor Presidente da Junta de Santa Eufémia, que pôs aqui uma questão, interrogou-nos portanto, a razão das antenas

parabólicas nos centros de saúde. É estranho, também achei isto muito estranho, todas as extensões do nosso distrito, têm todas parabólicas, porque têm todas a TV Cabo, para ver um canal que é o Canal da Saúde, tudo bem, acho isto importantíssimo. Só que, houve uma pressa exagerada e as pessoas preocuparam-se imenso em colocar as parabólicas à cerca de um mês e meio, não foi para ver o Mundial. Até há quem diga para aí, à boca calada, que quem faz os contratos do Canal de Saúde, é um familiar do ex-Presidente da A.R.S. de Coimbra, o Dr. António Cabeço. E era quem mandava para aqui para os serviços de Leiria e outros, faxes a dizer "coloquem

rapidamente, coloquem e rapidamente, quero isso tudo a funcionar" vejam de facto que nos serviços da saúde dá para negociar em todas as vertentes e em várias direcções.

Portanto isto, nem foi para os utentes, nem para os médicos, nem para os enfermeiros, é para meia dúzia de pessoas que efectivamente ganham à custa disso tudo.

Neste período de antes da ordem do dia e antes de passarmos a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente, há aqui ainda um outro assunto que eu à bocado falei e que não interpretei bem porque li isto em diagonal e gostaria também que isto ficasse esclarecido, li isto mal, e quando disse há pouco que o Dr. José Manuel Silva e a Eng.<sup>a</sup> Isabel Gonçalves tinham apresentado uma justificação de falta, fizeram-no dirigido à Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, eles faltaram foi à reunião de Câmara, se bem que, o Dr. José Manuel Silva diga que também não pode estar na Assembleia Municipal de hoje. Eles não são obrigados a estar mas podem-no fazer e recebem senhas de presença, pronto até aqui as coisas estavam todas bem e não havia qualquer dúvida. A minha dúvida é no parágrafo seguinte, no segundo parágrafo, em que quer um quer outro diz o seguinte : " assim informo V.Ex.a (a Sr.<sup>a</sup> Presidente) que me farei substituir neste período de acordo com o estabelecido na disposição

legal, pelo Vereador substituto..", no caso do Dr. José Manuel Silva seria o Dr. Gonçalo Lopes e no caso concreto da Eng.<sup>a</sup> Isabel Gonçalves, seria o Sr. José Manuel Cerqueira . Bem eu aqui tenho muitas dúvidas , penso que não há Vereadores substitutos, com todo o respeito que tenho pelas pessoas e também dando cumprimento à Lei, eu vou ler o que diz a lei, isto é só para esclarecermos para amanhã não incorreremos em situações de ilegalidade. Eu não tenho nada a ver com isso, porque eu não faço parte da Câmara Municipal, diz a Lei, nomeadamente na parte da Câmara Municipal, o artigo 53º diz o seguinte ; "Alterações da Composição da Câmara - no caso de morte, renúncia e suspensão ou perda de mandato, de algum

membro da Câmara Municipal, o cidadão em efectividade de funções é chamado a substituir o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, nos termos do artigo 59º..." . Que eu saiba, ainda ninguém nesta Assembleia e eu não tive conhecimento como Presidente da assembleia Municipal, que tenha havido morte, renúncia ou suspensão ou perda de mandato. Portanto, como quem em que receber isso é o Presidente da Mesa da Assembleia, quem tem que dar depois posse é a Mesa da Assembleia, portanto meus amigos, eu penso que não há Vereadores substitutos. Eu não tenho nada contra as pessoas, isto é só para alertar que às vezes incorrem-se em ilegalidades processuais, eu não sou jurista mas penso que podemos evitar tudo isso

Bom, pela minha parte dei os esclarecimentos que tinha a dar e passaria a palavra à Sr.ª Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno )***

Ora bem, então eu começava por fazer aqui alguns esclarecimentos relativamente à intervenção do Sr. Deputado Francisco Francisco, e era só para lhe dizer o seguinte: A empresa Lerisport quando foi criada, era uma empresa de capitais maioritariamente municipais, com a participação de capitais privados, como se deve

lembrar e a Assembleia em determinada altura discutiu esse assunto no anterior mandato mas, a alteração definitiva dos estatutos foi feita já neste mandato ou seja, a alteração que foi aprovada já neste mandato, consistia na transformação de uma empresa de capitais maioritariamente municipais para uma empresa de capitais exclusivamente municipais . Tinham sido já aprovados uns estatutos no anterior mandato, depois foi preciso fazer correcções a pedido da própria notária e, essas correcções já com a versão definitiva foram aprovadas neste mandato numa das anteriores sessões. Ou seja, só depois de feita a escritura da empresa com os nossos estatutos é que ela passa a ser legalmente uma empresa exclusivamente municipal.

Até lá, continua a ser uma empresa de capitais maioritariamente municipais, pese embora do ponto de vista prático, a desistência dos privados da parceria, portanto, do ponto de vista legal, até ao registo que vai ser feito num destes dias, porque efectivamente houve que fazer outra vez a compilação de toda a documentação, é que passa a ser empresa de capitais exclusivamente municipais esta questão do ponto de vista legal não é de somenos, é a questão mais importante para todo o enquadramento do ponto de vista legal. Porque a lei, que já foi aqui citada, distingue os dois tipos de empresa, quando é exclusivamente municipal ou quando é maioritariamente municipal. São dois capítulos distintos na Lei e se a empresa de capitais exclusivamente municipais, todas as deliberações, incluindo a aprovação das remunerações dos corpos sociais, são da competência da Câmara e da Assembleia Municipal, quando é uma empresa de capitais maioritariamente municipais essas mesmas competências são da Assembleia Geral. Portanto, é uma distinção profunda do ponto de vista prático e do ponto de vista funcional da própria empresa. Ou seja, e isto agora indo de encontro às observações feitas pelo Sr. Presidente da Assembleia, efectivamente a Assembleia Geral deliberou e deliberou nos seus plenos direitos sob o ponto de vista jurídico e legal, porque é uma empresa de capitais

maioritariamente municipais e por isso tem, exactamente essa mesma responsabilidade. A partir do momento em que haja o registo da empresa, passando a ser de capitais exclusivamente municipais, qualquer mexida ou alteração nas remunerações passam a vir à Câmara e à Assembleia Municipal. É exactamente assim o que diz a Lei, sem margem para dúvidas.

Relativamente à questão do reflexo do retroactivo nas contas, o que eu posso esclarecer-lhe é que efectivamente as remunerações foram pagas em 2002 e não em 2001. Foi deliberado em Assembleia Geral de 2001 mas o seu efectivo pagamento foi feito em Maio de 2002 portanto, penso que o assunto está esclarecido,

complementarmente com esclarecimentos que foram enviados conforme o Sr. Deputado Francisco diz, e que tentaram ser o mais exaustivos possíveis.

Relativamente às dúvidas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Ervilha colocou, eu penso que a resposta é dada pelo pedido que já está para seguir para a Procuradoria Geral da República.

Uma vez por todas e eu volto a dizer, o pedido que foi feito à Procuradoria Geral da República, não incide exclusivamente sobre a Leirisport, eu quero, faço questão, que de uma vez por todas, sejam esclarecidas as legalidades ou não legalidades da participação de órgãos da Câmara ou de membros da Câmara em todas as empresas quer sejam municipais quer sejam multimunicipais, de toda a qualidade. Este pedido contempla todas as situações, para acabar de vez com a especulação, a má fé à volta deste processo. Se há erro, se há engano, se estamos todos enganados então vamos todos esclarecer e ouça, eu até ficava muito satisfeita se o esclarecimento viesse por hipótese, é ilegal até nos sistemas multimunicipais que existem de norte a sul do País e enfim, todos estão nestas circunstâncias. Mas se os membros da Câmara fazem parte destas empresas, então venham os esclarecimentos todos e eu penso

que não haverá entidade com idoneidade, com independência, como a Procuradoria Geral da República., relativamente a todos estes factos.

Portanto penso que a partir daí todos ficaremos esclarecidos, de imediato serão colocados à disposição dos Srs. Deputados logo que os esclarecimentos venham, é mesmo para pedir os esclarecimentos e nem me passa pela cabeça que alguém possa imaginar que estamos aqui a encenar, se há coisas que não podemos ter é dúvidas em relação a isto e portanto, de uma vez por todas temos de ser esclarecidos.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel José Carvalho, deixo aqui um conselho apenas, continue a sonhar, porque de cada vez que tiver um sonho e nós conseguirmos resolver-lhe o problema, estamos muito satisfeitos.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigada Sr.<sup>a</sup> Presidente...

***PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno )***

Oh Sr. Presidente permita-me só mais uma informação adicional relativamente ao reparo que fez em relação à substituição dos Vereadores.

Essa questão está a ser utilizada neste mandato, nomeadamente pelo CDS/PP e agora também pelo Partido Socialista, foi analisada do ponto de vista jurídico pelos respectivos serviços da Câmara e tanto quanto fui informada, há efectivamente um ponto na Lei que eu não lhe sei dizer, que permite quando as ausências são até 30 dias, fazer substituir, tem sido o caso até aqui. Portanto as situações têm surgido, é por impedimentos pontuais, vem outro Vereador e depois na semana seguinte já estão, podemos também e como isto em Direito dois e dois não são quatro, infelizmente, em Economia são mas em Direito não, e portanto como já vimos também em relação a outras questões, há pareceres e pareceres, eu não sei não tenho aqui presente, mas na altura quando foi feito o primeiro pedido de substituição, pedimos

um parecer e uma análise jurídica interna e a informação que me foi dada é que estava contemplada na Lei. E pelo facto, foi possível fazer esta substituição.

Como eu digo, em Direito nada é linear, nós podemos novamente pôr essa questão porque também não queremos de maneira nenhuma cometer qualquer tipo de irregularidade no funcionamento da Câmara.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradecia-lhe que me fizesse chegar esse parecer!

Vamos então entrar no período da Ordem do Dia.

**ORDEM DO DIA**

PONTO N.º 1 - RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - *Apreciação;*

Portanto sobre o relatório da Câmara já tiveram oportunidade de se pronunciarem, não sei se sobre o relatório financeiro alguém se quer pronunciar?

*Então está apreciado.*

PONTO N.º 2- COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO E CONSELHOS CRIADOS NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - *Apreciação, discussão e votação;*

Srs. Deputados, na última sessão , dia 30 de Abril, que foi uma sessão ordinária, dei conhecimento e está em acta, que tinha recebido uma carta de um grupo de cidadãos, que penso tratar-se do Conselho para a Reabilitação e Defesa do Centro Histórico, em que requeriam uma reunião urgente deste Conselho.

Disse-o na altura, que o Conselho tinha a vigência e a duração do órgão que os elegeram, terminou no mandato anterior e que havia a necessidade de termos à consideração a constituição ou a aprovação de um novo Conselho.

Marcámos uma reunião com os vários Grupos Municipais com assento nesta Assembleia e essa reunião fez-se no dia 9 de Maio. Portanto alguns dias depois da Assembleia. Dei conhecimento das Comissões que existiam até ao momento e por

unanimidade entendemos que havia necessidade de dar continuidade e apresentar à Assembleia a constituição de quatro Comissões a saber:

- Uma Comissão para Análise de questões relacionadas com a Saúde no concelho de Leiria;
- Uma Comissão de Acompanhamento do Programa POLIS;
- Uma Comissão de Acompanhamento do processo EURO 2004/Leirisport;
- O Conselho Consultivo para a Defesa e reabilitação do Centro Histórico;

Houve unanimidade dos representantes de todos os Grupos Municipais aqui presentes e portanto é isso que vamos hoje pôr aqui à discussão e à votação a constituição destes Conselhos.

Quero dizer que sobre o Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico, tem havido aí algumas troca de galhardetes na comunicação social, e eu quero informar o seguinte e quero dar a conhecer aos Srs. Deputados, efectivamente quando eu disse que nunca tinha recebido nada da ADLEI, em que eles dizem que pediram uma reunião urgente, eu disse sempre que tinha sido mentira e continua a ser mentira, eu nunca recebi nenhum pedido da ADLEI, ao contrário daquilo que o Presidente da ADLEI diz; Eu recebi uma folha A4, sem timbre, em que diz o seguinte:

" No momento em que se analisam diferentes intervenções no Centro Histórico da cidade e se aguarda a respectiva apresentação do plano de salvaguarda bem como o estudo das opções orçamentais do Município, os signatários vêm, face à prolongada ausência de reuniões, solicitar a V.Ex.a, a urgente convocação desse órgão criado no âmbito da Assembleia Municipal."

Isto tem a data de 19 de Abril e eu trouxe isto à Assembleia Municipal do dia 30 de Abril, portanto onze dias depois.

Mas isto, uma folha A4, de uma reunião que fizeram num café e que puseram aqui umas rubricas que eu nem as conheço. Portanto, isto não tem qualquer representatividade.

Bem de facto isto nem é a ADLEI a pedir reunião nenhuma nem nós podíamos fazer reunião nenhuma.

Portanto eu irei pôr à discussão Comissão a Comissão, estas Comissões são propostas apresentadas por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, e relativamente à Comissão para Análise das questões com a Saúde no concelho de Leiria, eu pedia ao Partido Socialista que indicasse o representante nesta Comissão, uma vez que até este momento só o PP que fez chegar hoje e os Independentes é que apresentaram representantes.

Os Cidadãos Independentes indicaram para a Comissão de Análise da Saúde o Deputado Manuel José Carvalho, o PP indica o Deputado José Esperança Ferreira Lourenço, o PSD indicou o Dr. Jorge Vieira.

Entretanto o PS faz chegar o nome para integrar esta Comissão.

Punha também á consideração dos Srs. Deputados, se não deveriam também fazer parte desta Comissão os Presidentes de Junta ? Eu acho que devia haver pelo menos um Presidente de Junta de cada Grupo Municipal nesta Comissão!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Gostava pois de voltar a essa questão do Centro Histórico, para falarmos sobre o tal papelinho que lhe chegou. Mas eu penso que estamos aqui um pouco atabalhoadamente

a falar neste assunto e o facto do Partido Socialista não ter indicado o nome, foi até por aquilo que lemos na comunicação social e pela sua intervenção inicial que é, como todas as Comissões do anterior mandato estão extintas, foi entendimento na conferencia de líderes que fizemos, que eram precisas outras Comissões e até acordámos mais ou menos as que eram. Aquilo que nós estaríamos à espera que acontecesse e que nos parece que deve acontecer, é o Sr. Presidente em nome desse grupo de trabalho que presidiu, comunicar à Assembleia como fez, quais são os grupos de trabalho que nós acordámos que deveriam ser constituídos, inclusivamente eu estaria à espera e por isso há bocadinho lhe perguntei se havia já alguma proposta concreta e se seria subscrita por todos e cada Comissão referir quem é que vai fazer parte da Saúde, etc, porque esse aspecto nós não discutimos na conferência de líderes, para aparecer aqui uma proposta concreta. Porque repare, começou logo a perguntar os representantes dos partidos a seguir já estava falar nos Presidentes de Junta e não se perguntou se vai haver gente dos hospitais, dos centros de saúde, quer dizer, eu penso, que para fazermos as coisas certas, tínhamos de ter aqui uma proposta para dizer qual é que é a composição de cada uma das Comissões, para que cada uma das pessoas fizesse uma sugestão no sentido de constituirmos a Comissão e depois, desde os grupos partidários a outras concertada associações e

instituições que irão fazer parte das Comissões, constituirmos a Comissão e foi só por essa razão que nós não indicámos ainda mas temos todo o interesse em colaborar e em participar necessariamente. Eu inclusivamente tenho se puder ajudar, uma proposta, por acaso trazia em relação sobretudo ao Centro Histórico, não trazia nenhuma concretamente em relação à Saúde, à composição, mas podemos até, no sentido de simplificar a nossa agenda de trabalhos, permitir que cada grupo político da Assembleia e se todos aprovassem como parece depois do acordo que tivemos, que são estes os grupos a constituir, que cada grupo fizesse a sugestão da composição como aliás, o Sr. Presidente começou a fazer em relação à da Saúde, para chegarmos

a alguma conclusão concreta, de quantos membros é que vai ter esta ou aquela Comissão e quem é que vai fazer parte, porque necessariamente não serão só os partidos. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Sr. Deputado Luís Pinto, ninguém pode avançar com a composição de uma Comissão sem previamente aprovar a constituição ! Portanto, pondo à votação a aprovação da Comissão, sendo aprovada é obvio que deve reunir os elementos dessa Comissão para estudar quem hão-de ser as pessoas que hão-de ser convidadas a integrar essa Comissão, de fazer o Regulamento se entender que deve fazer, mas primeiro temos que aprovar a sua constituição. Aprovada a sua constituição, o Partido com maior assento nesta Assembleia é o PSD lidera a Comissão, convoca a reunião dos elementos da Comissão reúnem e estudam, que é o que vamos fazer com esta Comissão. Deve ser assim para esta e para todas, porque há aqui outras Comissões que obrigam a que haja Conselhos e regulamentos e portanto é óbvio que esta pode não ter. Primeira coisa, temos que avançar é com a aprovação da Comissão, sabemos que numa fase inicial, na primeira reunião irão estar os líderes de cada grupo político a representar e eventualmente algum Presidente de Junta, eu entendo que nessa

primeira reunião além desses quatro representantes devem estar mais quatro Presidentes de Junta e depois o trabalho começa a partir daí.

Portanto eu agradecia aos partidos políticos que ainda não indicaram os representantes para estas Comissões, fazerem o favor de entregar. Neste momento, entregou o PSD, os Cidadãos Independentes e o PP, falta o PS.

Portanto em relação a esta Comissão de Acompanhamento para a Saúde no concelho de Leiria alguém se quer pronunciar?

Vamos pôr à votação separadamente estas Comissões.

Quem é que vota contra a constituição desta Comissão?

Quem é que se abstém?

**Foi aprovada por unanimidade a constituição da Comissão para Análise das questões relacionadas com a Saúde no concelho de Leiria.**

Comissão de Acompanhamento do Programa POLIS.

A metodologia aqui seria a mesma, existiu uma Comissão que nunca funcionou, porque nenhum dos partidos políticos indicou qualquer representante...

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno )***

Sr. Presidente se me permite, a própria Lei das sociedades POLIS, prevê a obrigatoriedade de existir uma Comissão Local de Acompanhamento. Essa Comissão não emana da Assembleia, decorre da própria Lei, está a funcionar e tem um representante de cada partido, mas é uma Comissão Local de Acompanhamento que não foi decidida no âmbito da Assembleia Municipal !

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Claro mas agora está-se a tratar só da indicação de representantes. O PP indicou o Sr. Deputado Francisco Francisco, os Cidadãos Independentes Indicaram a Deputada Susana Ervilha, o PSD indicou o Deputado Góis Martins.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu penso, se bem entendi o espírito da nossa reunião de trabalho sobre estas Comissões e pedi essa reflexão ao Sr. Presidente e também às outras pessoas que estiveram, eu questiono-me da utilidade de ver uma Comissão desta Assembleia, por cima da Comissão Local de Acompanhamento, onde a própria Assembleia já tem representantes seus e têm estado presentes nessas reuniões.

Portanto, é uma reflexão que eu pedia, se calhar o que se pedia aqui hoje, era nós elegermos os novos representantes para Comissão Local de Acompanhamento!

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Foi isso mesmo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente acabou de explicar há pouco, nós vamos indicar os novos representantes para essa Comissão !

**DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)**

Ah pronto, assim está bem.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Portanto, o PS indicará depois o seu representante para essa Comissão, que não é no âmbito da Assembleia mas indicará os seus representantes.

Passaríamos agora à Comissão de acompanhamento do Processo do EURO 2004.

Também os mesmos partidos que falei há pouco já indicaram os seus representantes, falta o Partido Socialista. Esta é uma Comissão criada no âmbito da Assembleia, não sei se alguém se quer pronunciar sobre a sua constituição?

Se não há ninguém inscrito eu iria pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**Está aprovada por unanimidade a constituição da Comissão para Acompanhamento do Processo do EURO 2004.**

Constituição do Conselho para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico.

Neste momento e depois da reunião que tivemos com os líderes dos Grupos Municipais, quero dar conhecimento aos Srs. Deputados que tomei a liberdade de enviar a todos os organismos que faziam parte do anterior Conselho, independentemente de terem ou não concordância porque podem entender que alguns destes organismos não devem fazer parte, ou pode este Conselho ser mais

abrangente e virem outros a fazer parte do mesmo. Mas enviei como estava a dizer a todas as associações um ofício a solicitar que indicassem o seu representante para este Conselho.

Responderam a este convite a ADLEI, a ACILIS, a Câmara Municipal e a Associação de Defesa do Centro Histórico, foram os quatro organismos que responderam além de três Grupos Municipais desta Assembleia que também indicaram os seus representantes. Os restantes organismos que não responderam foram a Diocese de Leiria/Fátima, a ARICOP, o Orfeão de Leiria e o Ateneu Desportivo de Leiria. Quero acrescentar que nós não tínhamos incluído no último Conselho a Junta de Freguesia de Leiria, eu não fiz muita questão na altura mas agora faço.

Portanto eu sugiro que efectivamente se devem manter estas entidades ou que se devem acrescentar mais algumas entidades a esta lista, acho que a Junta de Freguesia deve estar também representada.

Depois na primeira reunião que se irá fazer com as entidades que aparecerem, discute-se a inclusão ou não de mais entidades para integrar este Conselho.

Quem é que se quer pronunciar sobre isto?

Deputado Luís Pinto, faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu queria só manifestar ao Sr. Presidente da Assembleia a discordância da forma como penso menos própria, expressões que foi utilizando acerca do tal papel não timbrado que recebeu de um conjunto de instituições. E digo isto porque é um papel que não está timbrado porque não poderia estar timbrado, porque é um papel assinado pelos representantes de todas as instituições que faziam parte da Comissão

do Centro Histórico, com excepção da Câmara Municipal e do PSD, de resto estão todas as instituições e partidos. Porque o mais grave Sr. Presidente é que neste papel, lembrava-me, já foi há alguns meses, mas pude agora constatar isso mesmo, este papel traz não só a assinatura das pessoas mas também a indicação à frente das instituições que representam, está cá escrito e portanto, se são instituições que têm dado o seu contributo ao Município, que têm voluntariamente trabalhado nesta Comissão, são sobejamente conhecidas da nossa cidade, do Município, colocar em dúvida uma coisa que é tão clara, tem cá assinaturas que o senhor até por funções tem obrigação de conhecer, eu parece-me que é menos próprio e por isso teria que deixar aqui o meu protesto pela forma um pouco leviana com que falou no assunto.

Em relação a esta Comissão, sem discordar da proposta que fez, mas se calhar até em termos de acta porque vai ao encontro do pensamento que formulou, eu se me permitisse e todos concordassem, fazia uma proposta escrita e concreta que indo ao encontro daquilo que disse, ficaria provavelmente mais claro.

#### **PROPOSTA:**

**" Considerando que :**

- Estão em curso a elaboração de importantes instrumentos de planeamento urbano com implicações na requalificação e renovação do Centro Histórico, nomeadamente os Planos Polis e de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria;**
- Que foi consensual entre todas as forças políticas a ideia de que a participação efectiva de toda a comunidade e das suas organizações sociais e**

culturais representativas nas tarefas de reabilitação, são um importante contributo para o acerto e eficácia das soluções a adoptar;

- Que a participação dos agentes e instituições no acompanhamento dos problemas de reabilitação são também um contributo para uma gestão aberta e transparente dos processos de reabilitação;

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Junho de 2002, com o objectivo de criar condições para o acompanhamento participado dos processos de reabilitação do Centro Histórico de Leiria, decide:

1. Dar continuidade, no âmbito da Assembleia Municipal, ao Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria.

2. Que a constituição do Conselho, além das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, se mantenham entre outras, a considerar posteriormente, as seguintes instituições: ACILIS, Associação de Defesa do Centro Histórico de Leiria, ADLEI - Associação de Desenvolvimento de Leiria, ARICOP, Ateneu Desportivo de Leiria, Orfeão de Leiria e Igreja Católica.

3. Que a composição definitiva do Conselho fique aberta a outras instituições, sob proposta dos membros da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, do Conselho Consultivo ou das próprias organizações e associações que eventualmente estejam interessadas na sua participação.

4. As propostas para a composição definitiva do Conselho devem ser dirigidas à Mesa da Assembleia Municipal que posteriormente as deverá sujeitar à aprovação da Assembleia Municipal."

Portanto, vem no seguimento daquilo que disse, apenas ficava redigido de uma forma mais simples se concordar.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Eu tinha feito uma sugestão que não está aí, a inclusão da Junta de Freguesia de Leiria!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Pode ser acrescentada!

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Mas isso não é uma proposta do PS ?

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Não, é da Assembleia.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

É na sequência da reunião havida com os outros Grupos Municipais e já irei colocar à votação.

A Sr.<sup>a</sup>. Deputada Laura Esperança deseja intervir, faça favor.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, meus colegas, Presidentes de Juntas, caros companheiros membros da Assembleia, cara comunicação social.

De facto tinha constatado e é apenas para um esclarecimento, completar a informação aliás o assunto já tinha sido debatido entre a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia; De facto, é com estranheza que eu constato que

num Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico, tenha faltado a Junta de Freguesia de Leiria.

É pois a minha proposta e ainda bem que o assunto já foi levantado, que a Junta de Freguesia de Leiria integre de facto esse Conselho Consultivo para a Defesa do Centro Histórico que, em minha instância sou a mais próxima dos cidadãos, que represento todos os cidadãos da freguesia de Leiria e que a Junta de Freguesia de Leiria nunca tenha estado presente. Espero que tenha sido realmente por esquecimento.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Mais alguém se quer inscrever sobre este assunto?

Então vamos votar a constituição deste Conselho.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade a constituição do Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria.

Vamos agora pôr à votação esta proposta que penso que é uma proposta que todos os Grupos Municipais a subscrevem uma vez que, vem na sequência da reunião havida com todos os grupos e que reflecte aqui de facto, aquilo que eu disse.

**Alguém se quer pronunciar sobre esta proposta?**

Não, vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A proposta foi aceite e aprovada por unanimidade.**

Há aqui também a criação do Conselho Municipal de Segurança. Este Conselho é criado por força da lei, que obriga a que esta Assembleia aprove este Conselho.

É um Conselho que é presidido pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, existiu no mandato anterior, e a Lei diz, a Lei é a n.º 33/98, penso que não há outra posterior, o seguinte:

" O Conselho é uma entidade de âmbito Municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objectivos de composição e funcionamento são regulados pela presente Lei."

Ora bem, isto obriga a que a Assembleia indique pessoas para constituição deste Conselho, elabore um Regulamento que depois envia à Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara na qualidade de Presidente do Conselho, que posteriormente irá discutir esse Regulamento em reunião do Conselho de Segurança e depois de discutido será remetido à Assembleia para ser votado.

Eu apresentava o seguinte método de trabalho:

Existe um Regulamento do Conselho de Segurança, punha já à votação esta minuta de Regulamento e enviava depois à Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, que reuniria o Conselho,

verificava se efectivamente este regulamento depois devia ser alterado, para posteriormente aprovarmos.

Tenho aqui as pessoas que faziam parte do anterior Conselho Municipal de Segurança e por serem tantos é que isto se calhar não funciona...

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno)***

Por acaso funciona e funcionou bem !

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

As entidades que faziam parte eram as seguintes:

Câmara Municipal de Leiria, Assembleia Municipal, Grupos parlamentares com assento na Assembleia, tínhamos aqui depois o Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, o Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes, de Maceira, Coimbra, Ministério Público, GNR, PSP, Polícia Judiciária, Bombeiros Municipais e Voluntários de Leiria e da Maceira, Serviço Nacional de Protecção Civil, Diocese de Leiria/Fátima, Centro Regional de Segurança Social, Coordenador do CAT, Instituto de Reinserção Social, Nerlei, ACILIS, União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, CAE, IPJ, Federação das associações Juvenis e projecto Vida.

Portanto, são estas instituições e organismos todos.

Eu iria então pôr à votação como projecto de Regulamento o anterior Regulamento, enviava-se à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que vai presidir a este Conselho e viria posteriormente à Assembleia acompanhado de um parecer, para ser discutido e aprovado definitivamente.

Portanto, alguém se opõe a esta metodologia?

Sr. Deputado Luís Pinto faça favor de intervir.

***DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Concordamos com a metodologia, não vemos inconveniente e é capaz de ser mais célere, mas eu gostava de chamar a atenção da Sr.<sup>a</sup> Presidente e do conjunto de vereação e também da Assembleia, eu estive a ler uma deliberação da Câmara em relação ao Conselho de Trânsito e eu recomendava que se mantivesse um princípio que existiu, que é de haver sempre um representante de cada partido, nestas

Comissões, não haver um representante da Assembleia, era só essa chamada de atenção.

Em antecipação fazia em relação a esta Comissão baixando à Câmara mas fazia já esta sugestão para o conjunto das Comissões, que haja um representante de cada grupo representado na Assembleia.

### **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Pronto já iremos abordar a constituição desse Conselho Municipal de Trânsito.

Então quem é que vota contra este projecto de Regulamento do Conselho Municipal ?

Quem é que vota contra?

Quem é que se abstém ?

**Portanto este projecto de regulamento está aprovado e irá depois ser remetido ao Conselho Municipal de Segurança para análise emissão de parecer e posteriormente a Assembleia irá aprová-lo definitivamente.**

Penso que este ponto está esgotado com a aprovação de cinco Conselhos.

Passaríamos ao ponto n.º 3.

PONTO N.º 3 - APROVAÇÃO DOS LIMITES TOTAIS DA PARCELA COMO ESPAÇO URBANO - PROC. DE LOTEAMENTO N.º 14/00 DE AFONSO MANUEL MENDES SANTO - ALÍNEAS C) E D) DO N.º 2, DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM) - *Apreciação, discussão e votação;*

Aceitam-se inscrições para este ponto, quem é que se inscreve?

Não há inscrições, vamos pôr à votação.

Quem é que vota contra?

Quem é que se abstém? Três abstenções dos Cidadãos Independentes.

**Está aprovado por maioria, com três abstenções .**

PONTO N.º 4 - AJUSTAMENTO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO 2002 - SMAS- *Apreciação, discussão e votação;*

Aceitam-se inscrições para este ponto.

Quem é que se inscreve?

Sr. Deputado Adelino Gaspar, faça favor.

***DEPUTADO ADELINO GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia)***

Adelino Gaspar, Presidente a Junta de Freguesia de Santa Eufémia.

Era o seguinte : na minha freguesia está a realizar-se o saneamento e derivado aos colectores gerais, há muitas moradias que não vão usufruir da canalização directa, têm que ser usadas bombas.

Eu queria só alertar para que no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a quotização da ligação das moradias, julgo que são 110 ou 150 mil escudos, falando agora em escudos, que houvesse uma reflexão sobre aqueles que têm de comprar as bombas. Porque uma bomba custa quarenta ou cinquenta contos e ficam em desvantagem em relação aos outros, era só um alerta desta situação.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Febra, faça favor.

***DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)***

António Febra, Presidente da Junta de Maceira.

Relativamente às taxas das ligações do saneamento, gostaria de lembrar à Assembleia principalmente a quem decide nessas situações, que uma taxa única para todos os cidadãos, vai inviabilizar aqueles que ganham cerca de trinta contos por mês, têm rendimentos muito baixos, e portanto, uma taxa única não está correcto, era só isso, devia haver uma reflexão criação dessas taxas. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Rui Caseiro.

***DEPUTADO RUI CASEIRO(PS)***

Boa noite, Rui Caseiro do PS.

É exactamente no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, que aliás refere uma conversa do anterior Presidente da Junta que o antecedeu, que eu achava que a Câmara deveria criar mecanismos através de um estatuto social a criar, que verificasse de facto a incapacidade que alguns lares têm para poder pagar a taxa de ligação ao saneamento.

Eu creio que nós devíamos aqui deixar bem claro, de que a taxa não pode ser única, e deve haver uma referência de que deve haver algum benefício, alguma compensação de ordem monetária ou financeira para se analisarem as pessoas que de facto não têm capacidade, porque há muita gente aí que vai-lhe passar e já vi na Freguesia dos Marrazes, pessoas que lhes passou o esgoto ao lado mas que não tiveram na altura e se não tivessem alguém que lhes dispensasse do seu bolso não tinham capacidade para fazer a ligação o que em termos de saúde é uma perca para todos nós. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Sem prejuízo de podermos aprovar este documento com estas recomendações que me parecem importantes, eu deixava mais uma, até porque tem havido problemas em relação à taxa do lixo e da água, querem relação nomeadamente às instituições de solidariedade social, às instituições de utilidade pública, e ver já à partida uma alínea no regulamento que prevesse uma taxa simbólica, porque muitas das vezes são nestas áreas que mais consomem e não faz sentido estarmos a dar de um lado e a tirarmos do outro, era importante também acrescentar este ponto. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)**

Sr. Presidente, posso só dar aqui um esclarecimento ?

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Faça favor.

**PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)**

Independentemente das sugestões que foram feitas eu só queria dizer que há possibilidade e isso já está assente em termos do Conselho de Administração dos SMAS, de as pessoas poderem pagar em prestações, isso já hoje acontece., têm essa facilidade. Quem não tiver condições, cem por cento dos pedidos de pagamento em prestações são aceites.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr.ª Presidente.

Passaríamos à votação.

Quem é que vota contra? Um voto contra do PS

Quem é que se abstém? Uma abstenção do PS.

**Este ponto foi aprovado com um voto contra do PS e uma abstenção do PS.**

<p>PONTO N.º 5 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;</p>
---

Estão abertas as inscrições.

Alguém se quer inscrever?

Deputado Luís Pinto, faça favor.

**DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)**

Luís Pinto, Partido Socialista.

No fundo é para repetir, sempre que estes assuntos vêm à Assembleia, a minha preocupação de sempre no sentido de ter a certeza que há uma igualdade de tratamento para as diferentes freguesias, vinha mais uma vez nesse sentido, apelar à Sr.ª Presidente, para se conseguirmos sistematizar estas propostas e parecia-me útil e deixava aqui uma proposta, que talvez nos ajudasse a esclarecer. Que seria, a Câmara construir um quadro dos protocolos que vai estabelecendo com as diferentes freguesias, e cada vez que viéssemos aqui discutir novos protocolos, vinha acompanhado dos quadros para nós irmos fazendo a comparação em relação a essa matéria. Parece-me também que seria útil numa situação de conforto para alguns dos senhores Presidentes de Junta, que terão feito já propostas de protocolos e que entretanto não foram contemplados, talvez fazer uma sinalização dizendo por exemplo "Sr. Presidente da Junta dos Pousos, estamos a analisar a sua proposta e numa das próximas oportunidades concerteza virá à Assembleia". Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições iríamos passar à votação.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PS.

**Foi aprovado por maioria com uma abstenção do PS.**

<p>PONTO N.º 6 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE - Apreciação e votação;</p>
--

Penso que todos têm o documento enviado pela Câmara Municipal, e este Conselho à semelhança do Conselho de Acompanhamento do Programa POLIS, funciona é no

âmbito da Câmara Municipal, é uma proposta que a Câmara remete à Assembleia para apreciarmos e votarmos.

Há inscrições?

Srs. Deputados Luís Pinto, Ilídio Fernandes e Manuel José Carvalho.

***DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

É só para que fique registado em acta, a recomendação feita a este ponto antecipadamente que era , tal como acontecia noutros Conselhos que em vez de haver um representante da Assembleia, déssemos continuidade ao princípio de ser um membro de cada grupo representado nesta Assembleia. Mantemos este princípio nas diferentes Comissões, no sentido de garantirmos pluralidade de participação, obviamente que por experiência própria e nas Comissões que tive a honra de

participar, de uma maneira geral são Comissões que têm funcionado muitas vezes há gente que falta, são aqueles que naquela altura não estão interessados, mas a verdade é que têm funcionado positivamente.

***DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES(CDS/PP)***

O que vou dizer e considerar sobre este ponto seis, poderia tê-lo dito também no que se referia à segurança. No entanto, vale mais tarde que nunca e vou agora pronunciar-me, aliás, como toda a bancada.

**PROPOSTA:**

**" Considerando que o número de pessoas e entidades, propostas para a constituição do Conselho Municipal de Trânsito, é demasiado extenso;**

**Considerando que algumas pessoas e entidades, pouco têm a ver com o assunto;**

**Considerando que, com tão elevado número de elementos, este Conselho Municipal, dificilmente poderá reunir e, muito menos, efectuar um trabalho correcto e eficiente, em benefício das populações de toda a região de Leiria,**

A bancada do CDS/PP, desta Assembleia Municipal, propõe que este assunto seja novamente estudado pela Câmara Municipal, de forma a reduzir significativamente o número dos seus elementos, para que mais razoavelmente possa reunir e prestar os melhores serviços a toda a região e seus municípios."

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Manuel José Carvalho, Grupo dos Cidadãos Independentes.

Bem isto tem a ver com as duas intervenções, eu fiquei um bocado baralhado.

Há duas pessoas que disseram que este Conselho tem funcionado bem, nomeadamente a Sr.ª Presidente e o membro Presidente do PS, senhor Luís Pinto, em tempos idos, eu também votei uma Comissão destas e sabia que naquele número de pessoas, algumas não apareciam, mas estavam representadas ou delegavam competências noutras pessoas, e, se realmente o espírito é a participação de todos, não é por estarem nomeadas mais três ou quatro pessoas que a Comissão não deixa de funcionar, têm sempre a possibilidade de delegar competências nas outras pessoas. Independentemente disso, no espírito que o Sr. Luís Pinto disse, eu penso que faz sentido que os grupos políticos com assento nesta Assembleia estejam todos representados e a forma da proposta que aqui está, diz um membro da Assembleia Municipal. Penso que os Deputados eleitos para a Assembleia Municipal representam todo o concelho e não faz sentido que seja só um membro e necessariamente seria o partido maioritário a nomear esse membro, acho que os outros deveriam estar representados.

Portanto a minha proposta era no sentido de ficar mencionado nesta proposta ou que fosse formulada pela Sr.ª Presidente da Câmara, que a Assembleia estivesse representada por um elemento de cada grupo político aqui representado e eleito. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Não há mais inscrições?

Bem, Srs. Deputados, há oito anos atrás, sempre que se formava aqui uma Comissão, eu recorde-me que as comissões eram sempre constituídas em termos de representatividade das bancadas. O que é que eu quero dizer com isto, se a Comissão tivesse 6 pessoas, o PSD tinha cinco/quatro, ou seja, metade mais um, foi o PSD, porque o PSD teve sempre a maioria na Assembleia Municipal. Nós já no último mandato e neste, entendemos sempre que a pluralidade é isso é a igualdade e penso que continuamos sempre a seguir essa metodologia, não vamos usar esse direito que tínhamos para termos mais pessoas.

Agora há aqui um problema, é que há aqui uma proposta do PP para se reduzir o número de elementos do Conselho Municipal de Trânsito e há outra proposta do PS, no sentido de manter este número e aumentar mais quatro elementos.

Portanto para não prejudicar nenhuma das propostas, seria bom chegarmos aqui a um consenso Srs. Deputados!

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Sr. Presidente eu fiz de certa maneira uma interpelação à Sr.<sup>a</sup> Presidente e gostava de ouvir a opinião dela acerca disto !

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno)***

Eu esclareço-o acerca disto. Em relação ao Conselho Municipal de Trânsito, o Sr. Vereador Fernando Carvalho era quem acompanhava poderá dar a informação, eu pronuncio-me mais sobre o Conselho de Segurança, onde eu estava presente e como vimos, esse é por Lei não foi por decisão da Câmara, tem variadíssimos elementos. Relativamente ao Conselho de Segurança posso dizer que efectivamente funcionou bem, nunca houve confusões por sermos muitos e a experiência é extremamente positiva, inclusivamente tem sido seguida por outros concelhos aqui à volta porque o seu funcionamento foi sempre muito bom.

Relativamente ao Conselho Municipal de Trânsito, já agora para sabermos mais pormenores, dava a palavra ao Sr. Vereador.

***VEREADOR (Eng. ° Fernando Carvalho)***

Então muito boa noite a todos.

Em relação ao Conselho Municipal de Trânsito, o que eu posso dizer é que ele tem reunido por diversas vezes, no anterior mandato funcionou sempre bem, algumas pessoas não vem quando são convocadas mas a grande maioria tem vindo e manifestado as suas opiniões. Sinceramente e se me pedem opinião, penso que não há vantagem em reduzir o número de membros. Se verificarem há um conjunto de elementos que são os Presidentes das Juntas de Freguesia que correspondem aqui à área urbana que geralmente tem mais implicação nos problemas de trânsito, e portanto, penso que devem continuar a pertencer. Outros elementos, geralmente da ANTRAL, do Hospital e de outras entidades, têm sempre alguma particularidade e algum interesse em pertencer, mesmo que não venham a todas as reuniões.

Quanto à questão de na eventualidade, ser um membro de cada partido, por mim pessoalmente, acho que não há qualquer inconveniente. Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Sr. Deputado Ilídio Fernandes, quer defender a sua proposta?

Faça favor.

***DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (CDS/PP)***

A bancada do CDS/PP considerando outras intervenções e conteúdo positivo de algumas delas, retira a sua proposta e apoiará a proposta entretanto apresentada, pela bancada dos Independentes.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

A única proposta que há aqui é esta e a do PS, os Independentes vieram confirmar aquilo que foi dito na proposta do PS.

Portanto há uma sintonia entre a proposta do PS e dos Independentes.

Vamos então pôr à votação o aumento do número de elementos...

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)***

Eu posso dar um esclarecimento para não haver confusões?

É assim: a criação deste Conselho, é da competência da Câmara, ele vem à Assembleia Municipal para conhecimento e para que a Assembleia Municipal indique o seu membro ou os seus membros. Atendendo a que há aqui uma proposta, no sentido de aumentar o número de membros da Assembleia Municipal, que deverá ser votada essa sim, vai essa proposta à Câmara e a Câmara altera a composição e arrumou.

O que eu pedia era, numa de antecipação, que fossem indicados já os elementos junto de cada partido.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Bem então quem é que vota a favor do aumento do número de elementos da Assembleia, portanto, um representante de cada Grupo Municipal?

Quem vota contra ? Um voto contra do PSD

Quem é que se abstém? Sete abstenções.

***A proposta foi aprovada por maioria, vai ser incluído mais um elemento por cada Grupo Municipal, a esta listagem.***

Srs. Deputados chegámos ao fim dos nosso trabalhos e eu perguntava se da parte do público haveria alguém que quisesse intervir?

Não havendo, dava por encerrada a sessão, boa noite a todos.

**ENCERRAMENTO**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.25 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a

presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de , deliberou por , aprovar a acta .

Leiria, aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dois.----

***O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,***

***(José António Sousa e Silva)***

***A Escrivã***

***(Teresa Paula Pinto)***